

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Entre o trabalho docente e a estrutura institucional: percepções de QVT em contexto de precarização estrutural

Flávia Valente Guimarães

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14365>

Submetido em: 2025-12-01

Postado em: 2025-12-26 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Entre o trabalho docente e a estrutura institucional: percepções de QVT em contexto de precarização estrutural

Flávia Valente Guimarães Faculdade João Paulo II (FJPII) E-mail:

valentegflavia@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5431-4119>

Resumo O estudo analisa a percepção de docentes de uma universidade federal sobre sua Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), articulando o modelo de Walton com referenciais críticos sobre neoliberalismo, realismo capitalista e gestão do sofrimento psíquico. Realizou-se um estudo de caso descritivo com 21 docentes do CCSO/UFPEL, por meio de questionário misto aplicado em 2019. Os resultados indicam forte contraste entre fatores intrínsecos, que sustentam a satisfação (autonomia, relação com estudantes, sentido social do trabalho), e fatores extrínsecos, marcados por precarização estrutural (infraestrutura deficiente, insegurança jurídica e cortes orçamentários). Os achados exploratórios sugerem a hipótese de que o sofrimento docente *pode ser* politicamente produzido por um contexto de desmonte institucional interpretado pelos docentes como transformador de direitos em incertezas e amplia a sobrecarga individual. Conclui-se que intervenções de QVT centradas apenas em bem-estar individual são insuficientes, sendo necessária a recomposição material, a garantia de segurança institucional e o fortalecimento das relações coletivas.

Palavras-chave: Qualidade de vida no trabalho; Trabalho docente; Precarização estrutural; Racionalidade neoliberal; Realismo capitalista; Sofrimento psíquico.

Between teaching work and institutional structure: perceptions of QWL in a context of structural precarization

Abstract This study analyzes the perception of faculty members at a federal university regarding their Quality of Life at Work (QWL), articulating Walton's model with critical frameworks on neoliberalism, capitalist realism, and the management of psychological suffering. A descriptive case study was conducted with 21 faculty members from CCSO/UFPEL, using a mixed questionnaire applied in 2019. The results indicate a strong contrast between intrinsic factors, which support satisfaction (autonomy, relationship with students, social meaning of work), and extrinsic factors, marked by structural precarization (deficient infrastructure, legal insecurity, and budget cuts). The exploratory findings suggest the hypothesis that faculty suffering may be politically produced by a context of institutional dismantling interpreted by faculty members as transforming rights into uncertainties and amplifying individual overload. It is concluded that QWL interventions focused solely on individual well-being are insufficient, and that material recomposition, guaranteeing institutional security, and strengthening collective relationships are necessary.

Keywords: Quality of work life; Teaching work; Structural precarization; Neoliberal rationality; Capitalist realism; Psychic suffering.

Introdução

A discussão sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no setor público brasileiro exige, na contemporaneidade, um deslocamento epistemológico radical. Tradicionalmente abordada sob o viés funcionalista da administração de recursos humanos — que busca medir a satisfação para otimizar a produtividade e reduzir o absenteísmo —, a QVT nas universidades federais tornou-se um analisador privilegiado das tensões macroestruturais entre o Estado e seus servidores. Em um contexto histórico marcado pela vigência da Emenda Constitucional 95 (Teto de Gastos) [Brasil, 2016], pela ascensão de discursos antipolítica e por sucessivas propostas de reformas administrativas que visam a flexibilização de direitos estatutários, investigar o bem-estar docente pode significar, em determinados contextos, investigar os efeitos subjetivos dos processos de desfinanciamento e retração institucional — frequentemente caracterizados na literatura crítica como formas de “desmonte do Estado Social” — em uma sociedade de capitalismo dependente.

A partir do ciclo político iniciado em 2016, observa-se no Brasil uma radicalização do que Dardot e Laval (2016) definem como a "nova razão do mundo": a racionalidade neoliberal que não se limita à desregulação econômica, mas avança sobre a reconfiguração das instituições e das subjetividades. No serviço público, essa lógica impõe a figura do "sujeito-empresa", instado a performar, inovar e ser resiliente em um cenário de escassez induzida. Entende-se aqui a precarização não apenas como uma falha de gestão pontual, mas como parte de um conjunto de práticas e políticas que, em certos contextos, operam como modos de governo. Nesses arranjos, a austeridade pode assumir papel de imperativo moral e administrativo.

A atividade docente no Ensino Superior Federal encontra-se no epicentro desse processo de reconfiguração. O professor universitário, cuja identidade profissional historicamente se alicerçou na estabilidade estatutária, na liberdade de cátedra e no reconhecimento intelectual, enfrenta hoje um duplo movimento de corrosão: material e simbólica. No plano material, vivencia-se o congelamento salarial prolongado, a deterioração visível da infraestrutura física e a insuficiência crônica de recursos para pesquisa e extensão. No plano simbólico, desenvolve-se um processo que a literatura identifica como ‘guerra cultural’ (Brown, 2019),

no qual a universidade pública e seus agentes são posicionados como inimigos internos, doutrinadores ou "privilegiados" a serem combatidos.

Nesse cenário, os dados sugerem que o sofrimento no trabalho não se reduz a acidentes ou a problemas de 'clima organizacional', mas pode ser entendido, na formulação de Safatle (2021), como uma técnica de governo que opera sobre a subjetividade (gestão do sofrimento psíquico). A insegurança permanente quanto ao futuro da carreira, da previdência e da própria existência da universidade pública opera como um mecanismo de modulação de condutas, produzindo paralisia, angústia e adoecimento. À luz de Safatle (2021), o mal-estar pode ser interpretado como um efeito funcional da atual configuração gerencial.

Estudos recentes corroboram esse diagnóstico crítico. Cancian et al. (2023) apontam que a intensificação do trabalho docente, somada à instabilidade institucional, constitui o principal vetor de adoecimento mental na academia brasileira atual. Luz e Mendes (2025) reforçam que, no cenário pós-pandemia e pós-crise política, a preservação da saúde mental docente exige o reconhecimento dessas vulnerabilidades estruturais, superando a visão ingênua de que a QVT se resume a programas de ginástica laboral ou melhorias cosméticas no ambiente físico.

O presente estudo propõe uma leitura aprofundada dos dados de QVT coletados junto aos docentes do Centro de Ciências Socio-Organizacionais (CCSO) da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel). Embora a literatura de QVT apresente diversos modelos teóricos seminais — como os de Hackman e Oldham (1974), Westley (1979), Nadler e Lawler (1983) e Werther e Davis (1983) —, optou-se neste estudo pelo modelo de Walton (1973). A escolha justifica-se não como um fim em si mesmo, mas como ferramenta de diagnóstico crítico.

Partimos da hipótese de que a precarização do trabalho docente no serviço público não se configura apenas como consequência de escolhas gerenciais, mas como parte de um processo mais amplo de desmonte institucional, compatível com a forma de dominação estatal que Florestan Fernandes (1975) descreve como “autocracia burguesa”.

Assim, buscamos responder:

Como a percepção de QVT dos docentes reflete as tensões entre a vocação pública e esse contexto de desmonte institucional?

O objetivo é analisar essa percepção para além dos números frios, identificando como a precarização estrutural incide sobre a subjetividade docente, transformando direitos consolidados em incertezas permanentes e exigindo do trabalhador uma gestão individual de crises que são, em sua essência, políticas e econômicas.

Fundamentação teórica: da gestão de pessoas à crítica da economia política do sofrimento

Para compreender a complexidade da QVT no contexto atual, é necessário articular a sociologia do trabalho com a teoria crítica da subjetividade e a teoria da dependência, superando as abordagens que individualizam o mal-estar docente e ocultam suas raízes estruturais na formação social brasileira.

A racionalidade neoliberal e a subjetivação do "sujeito-empresa"

O neoliberalismo, conforme a leitura seminal de Dardot e Laval (2016), não é apenas um modelo econômico de Estado mínimo, mas uma normatividade que molda condutas e relações sociais em todas as esferas da vida. No serviço público, isso se manifesta pela introdução agressiva de lógicas de *New Public Management* (Nova Gestão Pública), onde a lógica concorrencial privada é transplantada para a esfera estatal. O servidor público deixa de ser visto como o garantidor de direitos cidadãos e passa a ser gerido como um prestador de serviços que deve operar como uma empresa de si mesmo: deve ser produtivo, eficiente, competitivo e, acima de tudo, "resiliente".

Essa racionalidade opera uma inversão perversa na gestão universitária: a falta de recursos (computadores, salas adequadas, verbas para congressos) deixa de ser vista como uma falha do Estado-empregador em prover as condições básicas de trabalho e passa a ser um "desafio" a ser superado pela competência, criatividade e dedicação individual do docente. O fracasso em atingir metas de excelência em condições precárias é vivido não como uma denúncia da estrutura, mas como culpa pessoal e insuficiência profissional.

O realismo capitalista e a naturalização da precariedade

Essa culpabilização é sustentada por uma atmosfera cultural específica. Mark Fisher (2020), ao cunhar o conceito de "Realismo Capitalista", descreve o cenário onde o capitalismo é visto como a única realidade possível, e seus efeitos deletérios — como a destruição dos serviços públicos — são naturalizados como fenômenos inevitáveis, quase geológicos.

No contexto universitário, isso se traduz na aceitação tácita de que "não há verbas", de que a crise é perpétua e de que é preciso, indefinidamente, "fazer mais com menos". Essa naturalização bloqueia a imaginação política e confina o docente a uma luta individual e burocrática pela sobrevivência acadêmica, aceitando condições que, em outro contexto, seriam inadmissíveis.

Ocorre, assim, um processo de diluição das fronteiras entre trabalho e vida — o *work-life blur* — característico da exploração contemporânea, onde o tempo de não-trabalho é colonizado pela preocupação produtiva. É sobre este terreno preparado pela resignação realista que se assenta a lógica do desempenho extremo.

Essa dinâmica é aprofundada pelo que Byung-Chul Han (2017) define como "Sociedade do Desempenho". O sujeito docente não é mais explorado apenas por uma disciplina externa (o chefe, o ponto), mas se autoexplora em busca de metas de produtividade inalcançáveis (qualis, projetos, horas-aula). A liberdade acadêmica, paradoxalmente, torna-se o vetor dessa autoexploração: o professor trabalha em casa, nos finais de semana e nas férias não porque é obrigado contratualmente, mas porque internalizou o imperativo do desempenho. O resultado é o burnout, entendido não como doença individual, mas como o colapso subjetivo diante do excesso, tal como discute Han (2017), de quem não consegue mais corresponder à demanda de positividade infinita do capital.

Para Florestan Fernandes (1975), o Estado brasileiro opera historicamente sob a lógica da 'autocracia burguesa', forma político-institucional que combina modernização econômica com limites estruturais à democratização real, recorrendo a mecanismos de contenção, desmonte e regressão social sempre que as classes subalternas ampliam seu acesso a direitos. Nesse sentido, os achados no nível micro-organizacional (a deterioração da infraestrutura e a insegurança jurídica) são interpretados neste trabalho como expressões sintomáticas e localizadas da lógica macropolítica descrita por Fernandes.

Capitalismo dependente, autocracia burguesa e a universidade pública

Para entender por que a precarização no Brasil assume contornos tão violentos, é preciso recorrer à Teoria da Dependência. Conforme Ruy Mauro Marini (1973), o capitalismo dependente baseia-se na superexploração da força de trabalho como mecanismo de compensação das transferências de valor para os países centrais. Nesse arranjo, o Estado de Bem-Estar Social nunca se realiza plenamente; o que existe são concessões provisórias constantemente ameaçadas pela necessidade de austeridade fiscal que garanta o pagamento da dívida pública.

Florestan Fernandes (1975) caracteriza o Estado brasileiro como uma "autocracia burguesa", onde a dominação de classe não aceita a democratização real dos meios de vida e da cultura. No contexto universitário, isso significa que a expansão do ensino superior (ocorrida nos governos progressistas via Reuni [Brasil, 2007]) foi uma "revolução passiva" que, ao não alterar a estrutura de financiamento e poder, deixou as universidades vulneráveis a contragolpes. A universidade pública, ao se democratizar e incluir novos sujeitos, tornou-se alvo de uma reação elitista que busca restabelecer a hierarquia através do desmonte. A instabilidade institucional sentida pelos docentes em 2019 não foi um "acidente", mas o retorno do padrão histórico de tratamento da educação pública pelas elites locais: como um gasto a ser cortado, não como um direito a ser garantido.

Contudo, no contexto brasileiro recente, essa racionalidade neoliberal de gestão não opera sozinha. Para justificar o desmonte acelerado das instituições públicas (como a universidade), ela se articula a uma tática política interpretada por Brown (2019) como próxima de características neofascistas.

Enquanto o neoliberalismo fornece a lógica econômica da austeridade e da eficiência (o 'sujeito-empresa'), o neofascismo fornece a justificativa moral através da 'guerra cultural', criando alvos morais ('o doutrinador', 'o privilegiado') para legitimar a retirada de direitos. O docente, portanto, é espremido entre a cobrança gerencial por produtividade e o ataque político à sua existência.

A gestão do sofrimento psíquico, a guerra cultural e a necropolítica institucional

Vladimir Safatle (2021) avança nessa análise ao propor que o sofrimento psíquico não é um efeito colateral indesejado do neoliberalismo, mas uma de suas tecnologias de governo centrais. A instabilidade é utilizada para modular comportamentos. Para o docente federal, essa gestão ocorre através da ameaça constante. A estabilidade, garantida pela Constituição

de 1988, é diuturnamente questionada pela agenda econômica governamental que, já em 2019, anunciava a premente necessidade de uma Reforma Administrativa voltada à flexibilização de vínculos e redução do Estado (agenda que viria a se formalizar posteriormente na PEC 32/2020, mas cujos efeitos discursivos de ameaça já operavam no imaginário docente no momento da coleta).

Esse processo é alimentado pela "guerra cultural", uma tática do neofascismo contemporâneo para produzir antagonistas simbólicos — figuras de deslegitimação pública e coesão política. Ao atacar professores como "doutrinadores" ou propagadores de "ideologia de gênero", o Estado justifica o desfinanciamento e quebra a solidariedade social em torno da universidade. O sofrimento docente pode ser interpretado como produto de decisões políticas que têm como efeito a deslegitimação e a retirada de direitos.

É possível traçar um paralelo hipotético com o conceito de necropolítica de Mbembe (2018), adaptado aqui para a esfera institucional. Não se trata apenas da morte física, mas da morte das instituições públicas e da morte cívica do servidor. O desinvestimento programado, que deixa laboratórios sem insumos e salas sem condições de uso, é processo que, segundo leituras críticas de austeridade (Mbembe, 2018; Crary, 2014), pode ser interpretado como mecanismo de inanição institucional, enquanto se transfere verba pública para o setor privado.

O modelo de Walton como ferramenta de diagnóstico crítico

Diante desse quadro teórico denso, o modelo de Richard Walton (1973) ganha nova relevância se lido criticamente e não apenas tecnicamente. Suas oito dimensões cobrem o espectro necessário para mapear essas tensões entre o instituído (direitos formais) e o vivido (precariedade real):

1. **Compensação Justa e Adequada:** A base material da sobrevivência e a percepção de justiça salarial frente à inflação e ao mercado.
2. **Condições de Trabalho:** A infraestrutura física, a carga horária, a salubridade e a segurança no ambiente.
3. **Uso e Desenvolvimento de Capacidades:** A autonomia, o uso de habilidades múltiplas e o sentido intrínseco do trabalho.
4. **Oportunidade de Crescimento e Segurança:** A carreira, a estabilidade e a perspectiva de futuro profissional.

5. Integração Social na Organização: O clima relacional, a ausência de preconceitos, o suporte entre pares e a solidariedade.
6. Constitucionalismo: O respeito aos direitos trabalhistas, a liberdade de expressão, a privacidade e a proteção jurídica contra arbitrariedades.
7. O Trabalho e o Espaço Total de Vida: O equilíbrio entre vida pessoal e laboral, e a invasão do trabalho no tempo livre e familiar.
8. Relevância Social do Trabalho na Vida: A percepção de valor e imagem da instituição perante a sociedade e o orgulho de pertencer.

Neste estudo, a análise desses critérios não busca apenas aferir médias de satisfação, mas identificar onde a "racionalidade neoliberal" gera as maiores rupturas no tecido da vida laboral docente.

Método

O presente estudo é derivado de uma pesquisa mais ampla realizada no âmbito de um Trabalho de Conclusão de Curso (Guimarães & Silveira, 2019), cujos dados foram revisitados à luz de novas referências teóricas. Nenhuma nova coleta de dados foi realizada nesta versão; apenas reanálise, atualização teórica e reorganização interpretativa.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada no CCSO-UFPEL. A escolha desta unidade justifica-se por sua posição estratégica na formação de gestores públicos e privados, colocando seus docentes no centro do debate teórico e prático sobre modelos de gestão e organização do trabalho. A instituição, assim como outras federais, atravessava em 2019 um momento de forte tensão orçamentária e política, o que torna o campo de pesquisa particularmente sensível às questões investigadas.

Participantes

A população total da unidade era composta por 40 docentes ativos. A amostra final, obtida por conveniência e adesão voluntária, foi de 21 participantes (52,5% do total). Embora não probabilística, a amostra é ilustrativa das tendências do grupo e suficiente para um estudo de caso aprofundado. O perfil sociodemográfico dos participantes revelou:

- Gênero: Predominância feminina (66,6%), refletindo a feminização de certas áreas do ensino e do serviço público, o que traz à tona questões sobre a dupla jornada e a invasão do trabalho no espaço doméstico.
- Idade: A maioria situa-se na faixa de 31 a 50 anos (57%), indicando um corpo docente em plena maturidade profissional e produtiva, longe da aposentadoria e, portanto, mais vulnerável às mudanças nas regras previdenciárias.
- Formação: Alta qualificação, com 57,1% de Doutores e 28,5% de Mestres, compatível com a exigência da carreira de Magistério Superior.
- Vínculo: 95% são servidores estatutários (concurados), a maioria em regime de 40 horas ou Dedicção Exclusiva (DE).
- Tempo de Casa: A maioria atua na instituição há um período entre 4 e 15 anos, possuindo memória histórica das transformações recentes da universidade (da expansão do Reuni à retração atual).

Optou-se neste estudo pelo modelo de Walton (1973). A escolha justifica-se não como um fim em si mesmo, mas como ferramenta de diagnóstico crítico. Embora tal modelo tenha gênese na escola funcionalista — focada originalmente na produtividade —, sua aplicação neste estudo reinterpreta criticamente essa lógica, operando como dispositivo heurístico para mapear as contradições entre o "prescrito" (direitos estatutários) e o "real" (a vivência da precarização).

O instrumento, adaptado de Walton (1973), operacionalizou os critérios através de indicadores concretos avaliados pelos participantes, tais como: percepção de justiça na remuneração (Compensação), adequação da estrutura física e segurança (Condições de Trabalho), liberdade para inovar (Uso de Capacidades) e nível de integração entre colegas (Integração Social). Além das 29 questões, acrescentou-se uma pergunta síntese de avaliação geral (escala 0–10), utilizada apenas como indicador descritivo complementar. A pergunta síntese foi utilizada apenas como indicador geral de percepção, sem integração nas análises comparativas das dimensões, dada a diferença de escala. Adicionalmente, apresentou-se questões abertas — espaço para críticas e relatos livres. Tais narrativas foram fundamentais para acessar a dimensão subjetiva, permitindo que os docentes expressassem angústias e interpretações que os números isolados não captam.

Dado o universo amostral de um estudo de caso ($n=21$), a análise quantitativa não buscou inferência estatística probabilística, mas a identificação de tendências centrais e polarizações,

as quais foram trianguladas com os relatos qualitativos e interpretadas à luz da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria Crítica.

Procedimentos de coleta e ética

A coleta de dados ocorreu entre abril e junho de 2019. Este recorte temporal é crucial e estratégico para a análise: embora anterior à crise sanitária da COVID-19, o período já apresentava os sintomas agudos de asfixia orçamentária que caracterizariam os anos seguintes. Os dados, portanto, servem como um registro histórico basal (baseline) da precarização estrutural, demonstrando que o sofrimento docente e o desmonte institucional não foram inaugurados pela pandemia, mas agudizados por ela. O ano de 2019 cristaliza o momento em que a 'racionalidade neoliberal' se converteu em política de Estado explícita nas universidades.

Adotou-se uma estratégia híbrida de coleta para maximizar a adesão. Inicialmente, o questionário foi enviado via Google Forms para os e-mails institucionais. Diante da baixa adesão inicial — interpretada não como desinteresse, mas como sintoma de sobrecarga de trabalho e desconfiança institucional típica de momentos de crise —, realizou-se uma busca ativa com questionários impressos no local de trabalho. Essa etapa presencial permitiu diálogos informais que enriqueceram a percepção da pesquisadora sobre o clima organizacional.

A coleta de dados original (2019) foi realizada no âmbito de um diagnóstico organizacional interno para fins de gestão acadêmica e melhoria de processos na unidade, enquadrando-se no Inciso I do Artigo 1º da Resolução CNS nº 510/2016 (pesquisa de opinião pública com participantes não identificados) e dispensada de registro no sistema CEP/CONEP. O presente artigo constitui uma análise teórica secundária sobre esse banco de dados anonimizado, respeitando integralmente os preceitos éticos de sigilo e não-maleficência.

Análise de dados

Os dados quantitativos foram tabulados no Microsoft Excel para análise estatística descritiva (frequência, percentual). Os dados qualitativos (comentários abertos) foram submetidos à Análise de Conteúdo Categórica (Bardin, 2016). Inicialmente, foi realizada uma leitura exaustiva do material empírico para identificação das unidades de significado. Em seguida, procedeu-se à codificação temática (codificação aberta) dos núcleos de sentido. As categorias finais de análise — Precarização Material, Insegurança Política, Identidade Docente e

Fragmentação Social — foram estruturadas por indução temática (*bottom-up*) a partir do material empírico e, posteriormente, articuladas aos eixos teóricos críticos (*top-down*) para validação conceitual. As falas apresentadas ilustram experiências específicas relatadas pelos participantes, não devendo ser interpretadas como generalizações para além do grupo estudado.

Foram identificadas 97 unidades de significado, consolidadas nas quatro categorias analíticas finais. A codificação foi realizada manualmente pela pesquisadora, seguindo os procedimentos de análise temática propostos por Bardin.

Todos os itens tiveram 21 respostas válidas. Os percentuais apresentados resultam do arredondamento da proporção de respostas sobre o total de participantes ($n = 21$), podendo gerar pequenas diferenças de até 0,2 ponto percentual na soma final.

Resultados

A análise dos dados revela um cenário complexo e ambivalente, característico de instituições em crise. A nota geral atribuída pelos docentes à sua QVT teve como moda o valor **8** (em escala de 0 a 10), o que poderia sugerir, numa leitura superficial, um cenário positivo. No entanto, a desagregação dos critérios revela uma polarização profunda: a satisfação é sustentada quase exclusivamente por fatores intrínsecos e relacionais diretos, enquanto o suporte institucional e o contexto político desabam, puxando a qualidade de vida para baixo.

Apresentamos os resultados organizados por blocos temáticos que dialogam diretamente com a teoria da precarização e do desmonte.

1. A base material e a infraestrutura: a precarização do ambiente

A remuneração (Critério 1) ainda opera como um importante fator de proteção e retenção. Quase metade dos docentes (47,5%) avaliou seus proventos como bons ou excelentes. Apenas 23,7% consideraram a remuneração ruim ou péssima. Isso reflete a relativa vantagem salarial do serviço público federal frente à média do mercado de trabalho local e nacional, funcionando como um "colchão" de segurança material em tempos de instabilidade econômica.

Em contrapartida, as Condições de Trabalho (Critério 2) representam o maior gargalo material interno. A insatisfação com a estrutura física é alarmante e generalizada.

Tabela 1 Avaliação das Condições Materiais e Remuneração (n=21)

Aspecto Avaliado	Péssimo/Ruim (1-2)	Regular (3)	Bom/Excel (4-5)
Satisfação com Remuneração	23,7%	28,5%	47,5%
Estrutura Física e Segurança	42,8%	38,0%	19,0%
Conforto no Ambiente	28,5%	28,5%	37,2%

Nota: A soma dos percentuais da linha "Conforto no Ambiente" totaliza 94,2%. A diferença (5,8%) refere-se a dados omissos ou não computados na base de dados original. Nos demais itens, pequenas variações na soma devem-se ao arredondamento decimal.

Os dados qualitativos são contundentes e revelam a precariedade do cotidiano laboral, com relatos de desconforto térmico, insalubridade e falta de mobiliário básico para o exercício da função:

"O campus Porto é um lugar nada acolhedor, é um frigorífico" (Participante 9).

"A sala dos professores é muito úmida e fechada" (Participante 19).

"Falta estrutura física para se trabalhar: sou professora 40h DE e não tenho uma sala, uma mesa para trabalho, por isso minhas coisas e atividades faço em casa" (Participante 16).

Esses relatos evidenciam o desinvestimento na estrutura física, obrigando o docente a improvisar ou utilizar recursos próprios para garantir a execução do trabalho, um sintoma frequentemente discutido na literatura crítica sobre precarização neoliberal (Dejours, 1999; Dardot & Laval, 2016).

2. O trabalho em si: autonomia como trincheira de resistência

Este bloco concentra os indicadores mais positivos da pesquisa, sugerindo que a natureza intelectual do trabalho docente permanece preservada e valorizada pelos próprios trabalhadores.

Tabela 2 Avaliação do Conteúdo do Trabalho e Desenvolvimento (n=21)

Aspecto Avaliado	Péssimo/Ruim (1-2)	Regular (3)	Bom/Excel (4-5)
------------------	--------------------	-------------	-----------------

Autonomia no Trabalho	14,2%	14,2%	71,4%
Liberdade para Inovar	28,4%	23,8%	47,5%
Motivação para Melhoria Técnica	4,7%	14,2%	80,0%
Oportunidade de Crescimento	23,7%	23,8%	52,3%

A Autonomia (Critério 3) é o pilar central da satisfação. Mais de 70% dos participantes sentem-se livres para gerir seu trabalho, um traço característico da liberdade de cátedra que resiste às pressões gerenciais e produtivistas. A altíssima motivação para melhoria técnica (80%) demonstra que o corpo docente mantém o compromisso ético e intelectual com a qualidade, independente das condições adversas.

3. As relações e o clima organizacional: fragmentação e polarização

Aqui observa-se um paradoxo interessante e preocupante. Enquanto a qualidade das relações interpessoais diretas é bem avaliada, a Integração Social institucional é percebida como falha crítica.

Tabela 3 Avaliação da Integração Social (n=21)

Aspecto Avaliado	Péssimo/Ruim (1-2)	Regular (3)	Bom/Excel (4-5)
Integração entre Colegas	42,8%	23,8%	33,2%
Qualidade das Relações	23,7%	23,8%	52,3%

Os comentários qualitativos apontam para um ambiente fragmentado, onde a polarização política nacional penetrou o tecido social da universidade, criando muros simbólicos:

“Ambiente dominado por esquerdistas sempre será o pior possível” (Participante 17) — comentário que evidencia a politização do ambiente institucional, sem juízo de valor por parte da pesquisadora.

“Mais programas de integração entre os docentes” (Participante 12).

“Muito individualismo; cada um por si” (Participante 15).

As percepções expressas nas falas refletem experiências individuais dos participantes, não constituindo generalizações para além do contexto específico analisado.

Isso sugere que a solidariedade de classe, essencial para a resistência coletiva em momentos de ataque aos direitos, encontra-se fragilizada e atravessada por disputas ideológicas externas.

4. O contexto político e institucional: a produção do medo

Este é o ponto nevrálgico da pesquisa e onde a teoria da "gestão do sofrimento psíquico" se confirma empiricamente. O critério Constitucionalismo (Critério 6), que avalia o respeito aos direitos e a proteção jurídica, apresenta os piores índices de toda a investigação, refletindo o impacto direto e devastador da conjuntura nacional.

Tabela 4 *Avaliação do Contexto Externo e Sentido do Trabalho (n=21)*

Aspecto Avaliado	Péssimo/Ruim (1-2)	Regular (3)	Bom/Excel (4-5)
Reforma da Previdência	71,3%	14,2%	14,2%
Cortes Orçamentários	85,3%	4,7%	9,4%
Liberdade de Expressão	28,4%	9,5%	61,8%
Orgulho da Atuação Docente	0,0%	9,5%	90,4%

Mais de 85% dos docentes avaliaram negativamente o cenário de cortes orçamentários e mais de 70% demonstraram profunda insegurança com a Reforma da Previdência. Esses números indicam um estado de alerta e ansiedade generalizada.

Simultaneamente, o critério Trabalho e Espaço Total de Vida (Critério 7) revelou que 42,8% dos docentes realizam o maior volume de seu trabalho em casa (e não na instituição), corroborando a percepção de falta de estrutura e indicando uma invasão sistemática da esfera privada, característica da expropriação do tempo livre no capitalismo 24/7 (Crary, 2014).

Por fim, a Relevância Social (Critério 8) surge como a grande força de resistência subjetiva. 90,4% dos docentes manifestaram orgulho "Bom" ou "Excelente" em relação à sua atuação profissional, e a maioria sente orgulho de pertencer à UFPel, o que demonstra que a identidade profissional resiste ao desmonte simbólico.

Discussão

Os resultados obtidos neste estudo de caso desenham uma cartografia do trabalho docente tensionada entre a realização vocacional (intrínseca) e o desamparo institucional (extrínseco).

A discussão a seguir articula esses achados com as categorias teóricas propostas, aprofundando a análise para além da descrição estatística.

O estudo sugere que o sofrimento docente, no contexto analisado, articula-se a uma produção política. A deterioração da QVT não decorre apenas de condições materiais insuficientes — salas frias, falta de mobiliário ou infraestrutura inadequada —, mas do fato de que tais precariedades parecem operar como sinais de um processo mais amplo de desmonte institucional. Esse processo é compatível com aquilo que Florestan Fernandes (1975) caracteriza como forma de dominação autocrática burguesa, na qual a retração de direitos e a redução de investimentos funcionam como mecanismos de contenção e regressão social. Nessa leitura, os cortes, as incertezas previdenciárias e a deslegitimação simbólica do serviço público podem ser interpretados pelos docentes como mensagens implícitas de desvalorização — isto é, de que seu trabalho é tratado prioritariamente como um custo a ser reduzido. Essa interpretação é sustentada pelos relatos qualitativos e pelos dados sobre o contexto orçamentário apresentados na seção anterior.

A materialidade do desmonte e o "realismo capitalista"

A insatisfação generalizada com a estrutura física (o "frigorífico", a falta de mesa, a umidade) não deve ser lida apenas como um problema de manutenção predial ou falta de verbas pontual. Ela é a materialização local do que Fisher (2020) descreve como a degradação programada do público sob o "realismo capitalista". Essa precariedade material impõe ao docente o que Dejours (1999) descreve como a carga da 'inteligência astuciosa' (*métis*): o esforço psíquico invisível de ter que improvisar constantemente para suprir as falhas da organização do trabalho. Quando o professor relata 'fazer atividades em casa por falta de mesa', ele não está apenas descrevendo um problema logístico, mas narrando um custo subjetivo que não é reconhecido pela instituição. Essa dinâmica gera um sofrimento ético: a angústia de querer realizar um trabalho de qualidade (o zelo pela docência) mas ser impedido pelas condições objetivas, sendo forçado a utilizar seus próprios recursos para não deixar a 'obra' desmoronar. Ao privar o docente de condições básicas de trabalho — a ponto de ele precisar transferir suas atividades para a própria casa, como relatado por 42,8% da amostra —, o Estado transfere os custos da produção para o indivíduo.

Nesse processo, valida-se a lógica do *work-life blur* (Fisher, 2020), onde a casa deixa de ser o refúgio do repouso para ser colonizada pela demanda produtiva. Essa dinâmica representa o

triunfo do "sujeito-empresa" na periferia do capitalismo: o sistema continua funcionando (aulas dadas, artigos escritos) não porque o Estado provê, mas porque o indivíduo sacrifica seu tempo livre, seus recursos privados e sua saúde mental para subsidiar a operação. A prática do trabalho em casa deixa de ser vista apenas como ônus e passa a ser naturalizada como requisito de "excelência" na Sociedade do Desempenho.

O sofrimento político e a insegurança jurídica

A avaliação massivamente negativa sobre a Reforma da Previdência e os cortes orçamentários confirma a hipótese de que a QVT docente é visceralmente afetada pela macro-política. Os dados sugerem que as decisões macro-políticas incidem diretamente sobre a experiência micro-organizacional docente. A percepção de insegurança não é apenas financeira, mas existencial: o ataque aos direitos previdenciários é sentido como um ataque ao futuro e à dignidade da velhice do servidor.

Quando Safatle (2021) fala em "neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico", ele se refere exatamente a esse estado de suspensão vivido pelos participantes. A angústia de não saber se haverá aposentadoria, se haverá verba para pesquisa ou se a carreira será reestruturada não deve ser interpretada apenas como patologia individual, mas compreendida também como um afeto político produzido intencionalmente. Em um país de capitalismo dependente e autocracia burguesa, como aponta Florestan Fernandes, a estabilidade do trabalhador é uma anomalia tolerada temporariamente, pronta a ser revogada na primeira crise de acumulação.

A QVT é erodida pela caneta do legislador e do gestor federal, que transformam direitos consolidados em zonas de risco permanente. Esse disciplinamento pelo medo da perda visa tornar o servidor dócil, focado apenas na sobrevivência imediata, minando sua capacidade de crítica e resistência coletiva. O "sofrimento político" nesta leitura, aparece como internalização da instabilidade estrutural do Estado brasileiro.

A fragmentação do coletivo como estratégia de dominação

Os dados sobre a baixa integração social e os comentários qualitativos sobre polarização política ("ambiente dominado por esquerdistas") revelam como a guerra cultural, típica do neofascismo contemporâneo, fragmentou a solidariedade de classe dentro da universidade. O ambiente, que deveria ser de colegialidade e troca intelectual, torna-se terreno de

desconfiança e silenciamento mútuo. A polarização observada no nível micro (a hostilidade entre pares) é entendida aqui não como prova do neofascismo interno, mas como o efeito direto e instrumental da tática da guerra cultural (Brown, 2019), que fragmenta a solidariedade e legitima o desmonte externo.

Essa fragmentação pode ser interpretada, à luz da literatura crítica (Brown, 2019; Fernandes, 1975), como favorável a processos de desestruturação institucional: docentes divididos ideologicamente e isolados fisicamente em suas tarefas individuais (ou em suas casas) têm menor capacidade de mobilização coletiva para resistir à precarização. O isolamento, portanto, não é apenas um problema social de "clima", mas uma fraqueza política que facilita a implementação de reformas regressivas sem resistência unificada. A ideologia do mérito e da competência individual, reforçada pela avaliação produtivista, impede que o docente veja no colega um aliado, transformando-o em concorrente ou adversário ideológico.

O alto índice de satisfação com a relevância social do trabalho (90,4%) e com a relação discente revela que o sentido da atividade (o 'fator intrínseco') atua como uma forma de resistência subjetiva, no sentido proposto por autores da crítica do trabalho imaterial (Fisher, 2020; Han, 2017). Contudo, sob a ótica da precarização, esse compromisso ético corre o risco de ser instrumentalizado pela gestão. Ao observar que a estrutura falha, o docente mobiliza sua 'vocação' para preencher as lacunas do Estado, garantindo a aula *apesar* da precariedade. Forma-se, assim, uma armadilha sutil de captura da subjetividade: o amor ao ofício e a responsabilidade para com os estudantes funcionam como freios à revolta, permitindo que a instituição mantenha sua operação custeada pelo sacrifício pessoal (tempo e recursos) do trabalhador. O desafio político, portanto, reside em deslocar esse orgulho de uma virtude individual de sacrifício para uma demanda coletiva de dignidade: recusar a precarização precisamente *em nome* da qualidade do ensino que se preza.

Importa ressaltar que os dados desta pesquisa, coletados meses antes da crise sanitária global de 2020, funcionam como uma espécie de 'arqueologia do colapso'. Ao identificarmos, ainda em 2019, que quase metade dos docentes já transferia o trabalho para o domicílio devido à inospitalidade do *campus*, comprova-se que o *home office* compulsório e a invasão do tempo de vida vivenciados durante a pandemia não foram anomalias circunstanciais, mas a radicalização de um processo de desestruturação e terceirização de custos que já estava em curso. A pandemia apenas acelerou o que a precarização estrutural já havia inaugurado.

Conclusão

A pesquisa com os docentes da unidade analisada permite concluir que a Qualidade de Vida no Trabalho nesta instituição é sustentada fundamentalmente por fatores intrínsecos e subjetivos (autonomia, orgulho, sentido do trabalho), enquanto é significativamente afetada por fatores extrínsecos e estruturais (infraestrutura precária, insegurança jurídica, contexto político adverso).

As implicações deste estudo apontam que intervenções de QVT que foquem apenas em "bem-estar individual" (ginástica laboral, meditação, gestão do tempo) são insuficientes e potencialmente alienantes, pois mascaram a captura da subjetividade (o esforço ético e a vocação docente) que sustenta o desmonte. Intervenções de QVT tratam, assim, sintomas políticos com remédios comportamentais. A melhoria real e sustentável da qualidade de vida desses docentes passa necessariamente por três eixos macroestruturais:

Recomposição Material: Investimento urgente em infraestrutura básica que devolva dignidade ao ambiente laboral e cesse a transferência de custos para o servidor. Isso implica enfrentar a lógica de austeridade do Teto de Gastos.

Segurança Institucional: Garantia de direitos e previsibilidade na carreira, cessando a produção deliberada de insegurança jurídica e instabilidade previdenciária. Os achados exploratórios sugerem a hipótese de que a gestão baseada em incerteza compromete a QVT, apontando indícios que reforçam a importância de maior previsibilidade institucional.

Reconstrução do Tecido Social: Criação de espaços de convivência e debate que superem a polarização e o isolamento, resgatando a colegialidade como força política de proteção mútua. Os resultados sugerem que questionar a expansão da lógica do 'sujeito-empresa' é fundamental para recompor formas coletivas de proteção.

Em suma, os resultados indicam que a defesa da QVT nas universidades públicas articula demandas materiais e simbólicas e, portanto, tem implicações que ultrapassam o âmbito estritamente laboral. Os achados indicam que intervenções de QVT podem ser mais efetivas quando articuladas a estratégias mais amplas de preservação institucional e cidadã.

Reconhecem-se, contudo, os limites deste estudo de caso para generalizações.

Em síntese, este estudo sugere que, neste caso estudado, a QVT docente se mostra fortemente condicionada pelas condições políticas e institucionais que estruturam o trabalho nas universidades federais. Futuras pesquisas podem ampliar este diagnóstico ao comparar diferentes unidades acadêmicas ou ao incorporar métodos qualitativos aprofundados, como entrevistas e grupos focais.

Declaração de Aprovação do Comitê de Ética

A pesquisa foi conduzida de acordo com os padrões éticos exigidos e obteve aprovação sob a modalidade de dispensa de registro pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição de origem, nos termos da Resolução CNS nº 510/2016 (art. 1º, inciso I), por tratar-se de diagnóstico organizacional com anonimato garantido.

Declarações

Conflito de interesses

A autora declara não haver conflito de interesses.

Disponibilidade de dados

O conjunto de dados não está disponível publicamente devido à necessidade de preservar o anonimato dos participantes e a natureza institucional dos dados brutos.

Agradecimentos

A autora agradece a Janatan Silveira pela colaboração fundamental na etapa de coleta de dados primários e tabulação inicial realizada em 2019, no âmbito do Trabalho de Conclusão de Curso que originou a base de dados revisitada neste estudo.

Referências

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (Edição revista e ampliada). Edições 70.

Brasil. (2007). *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

Brasil. (2016). *Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

Brown, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Politeia.

Cancian, Q. G., Benassi, C. B. P., Deus, A. F. E., Tavares, K. O., & Malacarne, V. (2023). Qualidade de vida no desenvolvimento do trabalho nas percepções dos professores universitários. *Boletim de Conjuntura*, 13(39), 371–386.
<https://doi.org/10.5281/zenodo.7749676>

Crary, J. (2014). *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. Cosac Naify.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.

Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Fernandes, F. (1975). *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. Zahar.

Fisher, M. (2020). *Realismo capitalista*. Autonomia Literária.

Guimarães, F. V., & Silveira, J. (2019). *Qualidade de Vida no Trabalho: Um estudo sobre a percepção dos docentes da Faculdade de Administração e de Turismo da Universidade Federal de Pelotas* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pelotas]. Repositório Institucional da UFPel.

Hackman, J. R., & Oldham, G. R. (1974). *The Job Diagnostic Survey: An instrument for the diagnosis of jobs and the evaluation of job redesign projects*. Yale University, Department of Administrative Sciences.

Han, B.-C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.

Luz, J. L. S., & Mendes, D. C. (2025). Qualidade de vida no trabalho nas universidades: Impactos pandêmicos e ações na gestão do trabalho. *Gestão.org*, 23, 1–18.
<https://doi.org/10.51359/1679-1827.2025.265868>

Marini, R. M. (1973/2000). *Dialética da dependência*. Zahar.

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.

Nadler, D. A., & Lawler, E. E. (1983). Quality of work life: Perspectives and directions. *Organizational Dynamics*, 11(3), 20–30. [https://doi.org/10.1016/0090-2616\(83\)90003-7](https://doi.org/10.1016/0090-2616(83)90003-7)

Safatle, V. (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.

Walton, R. E. (1973). Quality of work life: What is it? *Sloan Management Review*, 15(1), 11–21.

Werther, W. B., & Davis, K. (1983). *Administração de pessoal e recursos humanos*. McGraw-Hill.

Westley, W. A. (1979). Problems and solutions in the quality of working life. *Human Relations*, 32(2), 113–123. <https://doi.org/10.1177/001872677903200202>

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.